**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM BLUMENAU E SUA RELAÇÃO COM O COOPERATIVISMO: O CASO DA CIA. HERING**

Valmor Schiochet [[1]](#footnote-1); FURB; valmor@furb.br

Jonas Gabriel da Silva Ribas [[2]](#footnote-2); FURB

Valdir da Silva [[3]](#footnote-3); FURB; valsilva@furb.br

Área 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

**RESUMO**

O processo de industrialização de Blumenau tem sido objeto de análise em muitas pesquisas desenvolvidas, considerando diversos enfoques e hipóteses de trabalho. A partir da década de noventa do século passado, chamou à atenção as profundas mudanças que a (des)reestruturação produtiva provocou no setor têxtil e de confecção, afetando diretamente as relações entre capital e trabalho na região. Estudos publicados identificaram uma articulação entre reestruturação do setor e proliferação do cooperativismo de trabalho. Em verdade, a crise do final da década de 1980 representou a substituição da tradicional relação empresas - cooperativas de crédito e consumo (que se autonomizaram na década seguinte) pela relação empresas - cooperativas de trabalho. Portanto, a articulação entre processo de industrialização e cooperativismo é uma característica do desenvolvimento do setor textil e de confecção, e assim, é plausível considerar que o processo de industrialização e acumulação de capital em Blumenau foi permeado por uma profunda articulação das grandes empresas capitalistas com o cooperativismo de crédito e de consumo, num primeiro momento e com as cooperativas de trabalho após a crise dos anos de 1980. A criação, expansão e transformações das cooperativas de consumo e de crédito de trabalhadores do setor têxtil e de confecção, devem ser entendidas como processos fundamentais na análise do modelo de industrialização aqui desenvolvido, em especial, das relações entre capital e trabalho. A partir desta hipótese, este é um estudo preliminar e exploratório com o objetivo de descrever os processos das grandes empresas de Blumenau envolvendo a criação, manutenção e consolidação de cooperativas de crédito e de consumo. Para tanto, utilizamos o caso da Cia. Hering, que foi responsável pela criação das duas maiores cooperativas de crédito e consumo na região. O objetivo deste artigo é descrever o processo de criação, expansão e desligamento entre a Cia. Hering e as cooperativas.

**Palavras-Chave:** Industrialização, Cooperativas, Relações de Trabalho, Setor têxtil e de confecção, Desenvolvimento Regional, Blumenau.

**ABSTRACT**

The industrialization process of Blumenau has been the object of analysis in many researches developed, considering various approaches and working hypotheses. From the nineties of the last century, the profound changes brought about by the productive (de) restructuring caused in the textile/clothing sector directly, affecting the relations between capital and labor in the region. Published studies have identified an articulation between sector restructuring and the proliferation of labor cooperatives. In fact, the crisis of the late 1980s represented the replacement of the traditional business - credit and consumer cooperatives (which became autonomous in the following decade) with the business - labor cooperatives relationship. Therefore, the articulation between the industrialization process and cooperativism is a characteristic of the development of the textile/clothing sector, and it is, therefore plausible to consider that the industrialization and capital accumulation process in Blumenau was permeated by a profound articulation of the large capitalist companies with credit cooperativism. and consumer co-operatives after the crisis of the 1980s. The creation, expansion and transformation of consumer and credit co-operatives of textile, workers should be understood as fundamental processes in the analysis of industrialization developed here, in particular, of the relations between capital and labor. From this hypothesis, this is a preliminary and exploratory study aiming to describe the processes of large Blumenau companies involving the creation, maintenance and consolidation of credit and consumer cooperatives. For this, we use the case of Cia. Hering, which was responsible for the creation of the two largest credit and consumption cooperatives in the region. The purpose of this paper is to describe the process of creation, expansion and disengagement between Cia. Hering and the cooperatives.

**Key-Words:** Industrialization, Cooperatives, Labor Relations, Textile Sector, Regional Development, Blumenau.

**1 INTRODUÇÃO**

Nos estudos sobre a formação econômica de Blumenau e em particular, do seu processo de industrialização, não há referência à organização de cooperativas na história de consolidação do modelo industrial aqui implementado. Diferentemente do fenômeno cooperativista geral, articulado a organização autônoma dos trabalhadores, aqui temos uma situação diferenciada. Exemplos do que se constituiu em experiências exitosas de organização cooperativa, como é o caso da Viacredi (Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí) e da Cooper (Cooperativa de Consumo do Vale do Itajaí) estiveram vinculadas diretamente a estratégias de consolidação, adotado por empresas capitalistas. Mais do que a constituição de uma organização híbrida, temos a constituição de um modelo de industrialização, que embora sendo capitalista no processo de acumulação de capital, incorpora formas organizativas não capitalistas em sua constituição. Posteriormente, as cooperativas de consumo e de crédito se autonomizaram e as empresas passaram a adotar uma relação com outra forma de cooperativa, a cooperativa de trabalho. Fenômeno este que, foi objeto de estudos no contexto da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1990 do século passado. Portanto, o estudo do fenômeno cooperativo e sua articulação com o processo de desenvolvimento industrial poderá se constituir numa contribuição importante para a análise do modelo de desenvolvimento local.

Neste artigo, nos propomos a analisar o processo de industrialização e sua relação com o cooperativismo em Blumenau, a partir do caso da criação das duas cooperativas: Viacredi (Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí) e a Cooper (Cooperativa de Consumo do Vale do Itajaí) criadas pela Cia. Hering. Neste sentido, consideramos pertinente contextualizar o estudo a partir das diferentes abordagens sobre o processo de industrialização de Blumenau. Do ponto de vista empírico, vamos apresentar um breve relato histórico das duas cooperativas criadas pela Cia. Hering e identificar elementos que permitem compreender as relações de complementariedade e de contradição existentes entre o desenvolvimento das cooperativas e da Cia. Hering.

Os resultados constantes neste artigo são relativos a um processo de investigação exploratória que envolveu: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com atores importantes na história da Cia. Hering e das cooperativas. No arquivo da fundação Hermann Hering, foram encontrados diversos documentos, que de alguma forma, faziam menção as cooperativas: balanços anuais da empresa, estatuto da fundação Herman Hering, informativos internos da Cia. Hering, livros e revistas encomendados pela Cia. Hering para escrever sobre a própria empresa, homenagens a funcionários da cooperativa de crédito em 2001 e balanços sociais da cooperativa de consumo. Nos balanços anuais das décadas de 1940 até 1962, foram identificadas informações relativas ao número de funcionários da empresa e ao número de cooperados nos respectivos anos. No estatuto da fundação Hering, constam informações sobre a extensão social da empresa, onde estavam presentes as regras que regulamentavam os auxílios aos empregados da Hering. A empresa possuía dois informativos internos da Hering, “o peixinho” até o fim da década de 1980 e o “Jornal da Hering”, posterior a essa data. Em publicação comemorativa sobre a história da Cia. Hering de 1980, constam informações relativas a número de funcionários entre os anos de 1955 e 1980, das diversas empresas do grupo Hering. Nos balanços sociais da Cia. Hering, localizados nos arquivos da Fundação da Companhia e nos balanços sociais das cooperativas, também foram identificadas informações importantes. No arquivo histórico de Blumenau, foram localizadas informações em documentos relativos ao sindicato patronal e no Jornal “A Nação”. A pesquisa documental foi complementada com a realização de quatro entrevistas semi-estruturadas, sendo duas com dirigentes da Cia. Hering e duas com dirigentes das Cooperativas.

Este artigo está organizado em três partes: na primeira, apresentamos uma breve sistematização sobre as abordagens a respeito do processo de industrialização de Blumenau; na segunda, um histórico do processo de criação, expansão do cooperativismo de consumo e crédito, sua crise, e consequentemente, a autonomização ocorrida na década de 1990; e uma terceira parte, considerações finais, contendo uma breve análise sobre o processo de industrialização e o cooperativismo, considerando a experiência da Cia. Hering.

**2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM BLUMENAU E A CIA. HERING**

A industrialização em Blumenau ocorreu a partir da década de 1880, na medida em que o adensamento da população urbana aumentava e que crescia o excedente de produção comerciável, assim, foram criadas as condições para a industrialização (SINGER, 1968, p.116).

Na época, foram fundadas as primeiras empresas no ramo têxtil e de confecção como: a Hering, a Karsten e a Industrial Garcia. Ao longo de 1880 até 1914 as empresas da cidade foram estabelecendo meios para seu crescimento, criando infraestruturas como sistemas viários e energéticos, se integrando ao mercado nacional a partir de 1914. O fator do crédito, característico entre os próprios colonos, o estabelecimento de quase todos os processos de produção pelas fábricas e o próprio mercado local, foram essenciais para o crescimento dessa indústria até a segunda guerra mundial (HERING, 1987; SINGER, 1968). Segundo Mamigonian (1965), pode-se apontar cinco características adaptativas da indústria de Blumenau: redução de custos, produzindo o máximo; autossuficiência técnica e econômica; produzir diante do gosto do consumidor; paternalismo entre os industriais e sua força de trabalho; e ir direto ao cliente, evitando intermediários (MAMIGONIAN, 1965).

A ampliação da indústria blumenauense, passa a ser marcante a partir da segunda grande guerra.

Durante a 2° guerra mundial (1939/45), muitas firmas se ampliaram e surgiram novos ramos importantes [...] a exportação de madeira para países platinos tomou vulto e o número de serrarias se multiplicou, principalmente em Rio do Sul e Ibirama (outrora pertencentes a Blumenau) (SINGER, 1968, p.131).

Segundo Mamigonian (1965), durante a Segunda Guerra Mundial, Blumenau já se apresenta como uma cidade industrial, com cerca de 2.000 operários. Chegaram imigrantes qualificados fugindo da guerra e a diversificação industrial da cidade era latente.

Entre os anos 1950 e 1960 a indústria têxtil e de confecção catarinense alcançara papel de destaque na economia, superando outros setores, constituindo o polo industrial do setor têxtil. Blumenau e Brusque, já representavam naquela época, dois terços da produção do Estado (LUCKLTENBERG, 2004).

A partir da década de 50, devido ao desmembramento de novos municípios do território Blumenauense e à intensificação da atividade industrial, Blumenau passa a ter na indústria de transformação, sua principal atividade, sendo a maior parte do volume financeiro e da mão-de-obra empregada ligada ao setor têxtil (TOMIO, 2000, p.76).

Tal concentração foi processual, pois foi precedido por momento de maior diversificação econômica. Para Singer (1968), os principais ramos produtivos de Blumenau na década de 1950 eram o têxtil e de confecção, de alimentos e o ramo da fumicultura. Mamigonian (1965) acrescenta ainda, a transformação de metais, instrumentos musicais e brinquedos, além de móveis, gráficas, couro, cristais, química e marmoraria.

O período de consolidação do polo têxtil e de confecção coincide com o vertiginoso processo de industrialização do país. E a “tônica da indústria têxtil nesse período [1945-1962] foi a expansão e verticalização da produção por meio da ampliação da capacidade instalada e alargamento das bases comerciais, com abertura de novos centros de distribuição, principalmente nas maiores capitais” (GOULARTI FILHO, 2016, p.134).

O intenso processo de industrialização foi acompanhado pela crescente obsolescência tecnológica e a necessidade de apoio governamental. Desta forma, a partir dos anos 1960 passa a contar com forte interação entre capital e Estado, no fomento da consolidação da industrialização e centralização do setor têxtil e de confecção. Forçaram-se assim, investimentos no setor, no que a indústria catarinense se beneficiou das linhas de financiamento dadas pelos respectivos governos (LUCKLTENBERG, 2004). Citada anteriormente, “a verticalização” (bem estabelecida na década de 1950) (Mamigonian, 1965) passa a ser uma característica da indústria têxtil e de confecção de Blumenau, onde se produziam todas as etapas dentro das empresas. A verticalização se caracteriza pela totalidade da produção têxtil e de confecção catarinense, na medida em que, no estado se produzia desde a fiação até a confecção (GOULARTI FILHO, 2002).

Essa expansão se dá também no controle das empresas têxteis sobre outras atividades econômicas. O caso típico foi a aquisição pela Cia. Hering, na década seguinte, da Ceval Alimentos, que realizava beneficiamento de soja na cidade de Gaspar (LUCKLTENBERG, 2004).

A década de 1970, empresas têxteis e de confecção de Blumenau foram diretamente beneficiadas pelo denominado “milagre econômico[[4]](#footnote-4)”, expandiram não somente a produção, mas também, os seus negócios de forma geral, (agregando empresas, lojas, inclusive de outros ramos produtivos). Embora os empregos caiam na década de 1980, os negócios dessas empresas continuam fortes, com todas as ações de compra já mencionadas (GOULARTI FILHO, 2016).

De 1970 a 1980, a indústria têxtil e de confecção de Blumenau cresceu 72%, ao mesmo tempo em que, a porcentagem deste setor na cidade subiu de 13,7% para 21,2%, no mesmo período. Para pensarmos a dimensão disso, podemos usar o exemplo da Cia. Hering, que na década de 1980 contava com mais de 11 mil trabalhadores, englobando em sua totalidade mais que outras principais empresas catarinenses juntas, mesmo que de setores diferentes, como a WEG e a Sadia (LUCKLTENBERG, 2004).

A expansão da empresa Cia. Hering a partir dos anos 1970, no próprio ramo têxtil e de confecção se dá de diversas formas, seja agregando diversificações de processos e produções, ou abrindo mais filiais em lugares diferentes da região (Rodeio e Gaspar) e o do Brasil (Paulista-PE). Houve parcerias com marcas norte americanas e italianas, facilitando as exportações da empresa e abrindo mercados para a mesma. Outras empresas como a Sul Fabril, Teka e a Artex (esta última teve enorme crescimento após incorporar a empresa têxtil Indústrial Garcia de Blumenau em 1970), também passaram por esse processo, comprando empresas na região e em outros estados do Brasil (RAULINO, 2008). As exportações da indústria têxtil e de confecção no início da década de 1970 cresceram em pouco tempo mais de 400%, onde se verificou ainda a diversificação dos produtos exportados (LUCKLTENBERG, 2004). Ainda segundo Luckltenber, no início da década de 1980 a Cia. Hering controlava 25 empresas no setor primário, secundário e terciário.

Já no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, a situação da indústria têxtil e de confecção passa por profundas mudanças e no contexto das políticas neoliberais foram implementadas as medidas que ficaram definidas como reestruturação produtiva. A política macroeconômica teve como consequência a perda de competitividade do setor e a necessidade de estruturação econômica, produtiva e tecnológica. Além da generalizada prática da terceirização e faccionamento da produção, constatamos o fechamento de muitas unidades de produção e a incorporação de empresas do setor por capitais exógenos. Perderam-se inclusive, as diversas empresas anteriormente adquiridas, algumas inclusive foram à falência, sendo compradas por outras de fora de Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2016). Uma característica do processo de reestruturação economica, foi a redistribuição da produção, iniciada por diversas empresas têxteis e de confecção da região ao fim da década de 1980, ou seja, cada filial da empresa produzia unicamente um tipo de produto (RAULINO, 2008). Goularti Filho (2016) identifica ainda certa volúpia da indústria têxtil e de confecção, que depende muito de algumas épocas do ano, como também, da situação econômica das pessoas que vivem no meio urbano.

Embora a reestruturação produtiva tenha se dado no fim da década de 1980, os efeitos começam a ser sentidos com mais força a partir de 1995, quando as importações de produtos têxteis passam a ser maiores que as exportações. O mercado nacional não consegue mais ser competitivo, na medida em que não há proteção sobre os seus produtos e os produtores de fora conseguem dar prazos maiores, pagamentos e juros menores aos compradores. As empresas nos setores de fiação no Brasil diminuíram de 1.123 em 1991 para 363 em 2002, por exemplo (RAULINO, 2008). As grandes empresas diminuíram, na medida em que as pequenas empresas cresciam, no fenômeno das chamadas “facções”, que eram na verdade, trabalhadores que faziam em casa determinados processos da produção, sem os mesmos direitos que os empregados tinham nas fábricas (LUCKLTENBERG, 2004).

Com a crise do setor industrial, emergiram também, análises críticas sobre as interpretações clássicas que reportavam para as especificidades locais do processo de industrialização. Em especial duas teses: a primeira de viés schumpeteriana em características do empresariado local; e a outra de viés conservadora, centrada na conciliação de classe como características das relações de produção aqui implementadas (GOULARTI FILHO, 2016).

Quanto a primeira intepretação, destaca-se as análises sobre o tipo de empresário que caracterizou o desenvolvimento da indústria do Vale do Itajaí. Primeiramente, Raud (2000) resume três tipos de empresários: (1) industriais que vieram da Alemanha ou de outras partes do Brasil; (2) grandes comerciantes exportadores e importadores; e (3) operários e artesãos qualificados. Essas categorias, Raud (2000) extraiu de Mamigonian (1965), que traz alguns exemplos em cada uma delas: (1) Paul Werner e Henrich Conrad, que formaram a Eletro Aço Altona; (2) Heinz Schrader era comerciante e fundou a Cremer; e (3) Heinrich Hemmer preparava conservas de Chucrute em casa e fundou a Cia. Hemmer.

A burguesia blumenauense, para além de suas características comerciais e industriais, tem algumas especificidades culturais que a diferenciam. Principalmente, sua impermeabilidade e sua centralização de famílias, onde praticamente não entram nomes de fora. Isso se deve tanto ao seu isolamento, como aos próprios fatores étnicos (TOMIO, 2000). Logicamente que, com as aberturas de mercado dos anos 1990, essas especificidades mudaram, mas em um panorama histórico geral, essas são algumas das características da burguesia de Blumenau.

Outra característica, isso é trazido por Hering (1987) ao falar da companhia de mesmo sobrenome, é o reinvestimento dos lucros na própria empresa, característica de toda a família em questão. Diferença para outras empresas, como a Renaux de Brusque, que não seguia essa mesma rotina. Além do autofinanciamento da indústria da região, Mamigonian (1965) aponta outros fatores como característicos do empreendedor blumenauense: A “utilização máxima da maquinaria” na produção de determinados produtos e a reutilização de sobras dos mesmos para construir novos são outros exemplos. Tomio sintetiza muito bem isso e sua própria consequência para a acumulação de capital na região:

O desenvolvimento industrial da região, induzido pela poupança interna e pelo reinvestimento dos lucros, gerou uma concentração de capitais-e de recursos para o exercício do poder político-em alguns grupos econômicos locais, com maior destaque para o setor têxtil (TOMIO, 2000, p.76).

Se de um lado, temos uma passagem das teorias do empresariado para as teorias das classes sociais (burguesia em relação aos proprietários), no caso dos trabalhadores, temos a passagem de uma interpretação fundamentada na ética do trabalho, para as interpretações centradas nas relações de classe, isto é, do trabalhador ao operariado.

Aqui, o processo de industrialização de Blumenau passou a estar relacionado com as consequências do processo de industrialização prussiano. Com o desenvolvimento tardio do capitalismo alemão, como também, pelo citado “acirramento” do mesmo, houve um dispêndio de força de trabalho qualificada, que se lançaram a outros países e iniciavam seu desenvolvimento industrial, como ocorreu no Brasil (SINGER, 1968). “É preciso assinalar desde já que estas pessoas mais qualificadas abandonaram a Alemanha mais frequentemente após as crises dos séculos XIX e XX” (MAMOGANIAN, 1965, p.396). Theis (2000), aponta esse diferencial como decisivo para o desenvolvimento e acumulação no Vale do Itajaí, enquanto todo o Brasil ainda encontrava-se sob o julgo da força de trabalho escrava, já existia na região, força de trabalho qualificada e assalariada, fundamental para superar alguns atrasos inerentes a situação colonial de determinado território. Ao mesmo tempo em que a divisão dos lotes, se dava de forma mais igual, sem criar como apontam autores, uma elite local extremamente centralizada (SAMAGAIA, 2010).

Muitos dos textos sobre a história da industrialização do Vale do Itajaí, trazem uma categoria de trabalhador muito específica para o desenvolvimento da região: o “operário-colono”. Esse tipo de trabalhador, segundo sintetiza Theis (2000), tinha um pequeno lote, onde cultivava produtos para a própria subsistência, usando as empresas como um complemento de renda; os salários eram baixos e a relação de acumulação capitalista se dava de forma mais acelerada. O excedente de força de trabalho necessária para a indústria provinha de agricultores nem tão qualificados, mas que devido ao tamanho pequeno seus lotes, não conseguiam desenvolver sua agricultura para além da subsistência (MAMIGONIAN, 1965).

Nesse processo de acumulação e de caracterização deste tipo de operário, estavam incluídos além de homens, também mulheres e crianças. Antes das leis trabalhistas que regulamentaram os horários de trabalho, as médias semanais eram 72 horas. Explica-se aí o auto índice de acumulação capitalista das indústrias de Blumenau em seu processo de formação ao longo do século XX (MANDELLI, 2014).

**3 O COOPERATIVISMO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: O CASO DA CIA. HERING**

Nas análises sobre o processo de industrialização de Blumenau e em especial, do setor têxtil e de confecção, existem poucas referências aos processos associativos e cooperativos, embora possamos identificar esparsas referências nas análises históricas e setoriais. Por exemplo, Hering (1987) afirma que os relatos de associações semelhantes as cooperativas remontam ao próprio início da colonização do Vale do Itajaí e apresenta dois exemplos, tanto dos produtores de leite no Alto Vale, como dos produtores de engenho que “davam cada um sua parte para construir esse determinado estabelecimento e evitar custos maiores”. Simão (1995) propõe em sua dissertação uma análise entre a “cooperação” e a “divisão social do trabalho” na região, não associada ao processo cooperativo de trabalhadores, mas ao conceito marxista de cooperação manufatureira e industrial. Ainda Luclktenberg (2004) menciona que as relações na região no início da colonização tinham fortes características cooperativas, aonde profissionais que vieram da Alemanha usavam seus conhecimentos em serviços básicos inexistentes na época no Vale do Itajaí. Ainda, “Cada grande estabelecimento organizou vilas-operárias, cooperativas de consumo, assistência médica, instalações esportivas e de recreação” (MAMIGONIAN, 1965, p.107). Mencionam-se ainda, dentro do paternalismo trazido pelo autor, cooperativas em empresas como a Artex e a Tecelagem Kuenrich.

No entanto, o fenômeno cooperativo não é secundário para a análise do processo de industrialização. O incremento de cooperativas às empresas não é algo exclusivo e iniciado pela Cia. Hering. Em verdade a Cia. Hering implementa um modelo adotado noutras empresas. No Vale do Itajaí, por exemplo, Hering (1987) traz o exemplo da cooperativa da empresa Têxtil Renaux de Brusque. Em 1928, foi iniciada uma cooperativa de crédito e de consumo, que não perdurou por muito tempo, diante de determinadas leis da época que culminaram no fechamento da mesma. Outras empresas como a Industrial Garcia de Blumenau, também tinham suas cooperativas de consumo, como deixa claro Simão (1995) ao escrever sobre as greves da década de 1950. Luclktenberg (2004), mostra que a empresa Sulfabril, também tinha uma cooperativa de “insumos”, que foi fechada no ano de 1999 devido a crise pela qual a empresa passava.

Em 1961 foi constituída uma cooperativa geral de consumo na cidade, fomentando produtos mais baratos aos trabalhadores que fossem cooperados. Essa cooperativa teve inúmeras controvérsias políticas na cidade, pelas suas ligações ideológicas. O consultor da cooperativa, o advogado Francisco Pereira, tinha ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), durante os tempos de ilegalidade do primeiro (FABRÍCIO, 2004).

Contudo, o fenômeno cooperativo no município de Blumenau não pode ser pensado de forma dissociada ao processo de industrialização. As cooperativas foram criadas e forjadas no interior das grandes empresas capitalistas e tiveram sua estrutura e sua gestão subordinadas as empresas até a década de 1990[[5]](#footnote-5).

O foco deste trabalho são as cooperativas de consumo das empresas de Blumenau, com ênfase na empresa Cia. Hering. Entretanto, para introduzir a leitura da sessão posterior, comenta-se um pouco sobre a cooperativa de crédito desta empresa. Segundo Ramos (2012), a cooperativa de crédito da Cia. Hering (CrediHering), atual Viacredi, iniciou suas atividades no ano de 1951, com inspiração da cooperativa de crédito da empresa de tintas Renner, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Os principais empréstimos eram destinados a compra da casa própria e mobiliário para a mesma, substituindo o chamado “auxílio-moradia5”, anteriormente cedido pela empresa. A ligação da cooperativa com a empresa se mantém forte também, na medida em que o governo brasileiro que entrou em 1964 proibiu as cooperativas de crédito no Brasil, autorizando apenas empréstimos para funcionários. Posteriormente, na década de 1980 esse quadro começa a mudar e pessoas de fora da empresa passam a fazer empréstimos. Na década de 1990 a cooperativa é separada da empresa, tornando-se então, a atual Viacredi.

No arquivo da Fundação Hermann Hering, constam diversos documentos, que de alguma forma faziam menção as cooperativas: balanços anuais da empresa, estatuto da fundação Herman Hering, informativos internos da Hering, livros e revistas encomendados pela Cia. Hering para escrever sobre a própria empresa, homenagens a funcionários da cooperativa de crédito em 2001 e balanços sociais da cooperativa de consumo.

A justificativa para a criação da CooperHering é assim referenciada por um dos entrevistados:

“Ela surge como uma necessidade de abastecimento dos funcionários quanto a itens básicos, que se mostravam caros e em falta, na medida em que havia uma grande guerra acontecendo na Europa. Do armazém reembolsável da Hering, se formou uma cooperativa de consumo em 1944, onde os funcionários da empresa compravam e depois o valor vinha descontado em sua folha de pagamento. Havia ainda, dentro do comércio local, algumas rivalidades étnicas, direcionadas principalmente para os descendentes de alemães, que era o caso de muitos funcionários da Hering, como era a origem dos próprios fundadores da empresa. Nisso, na época em que os funcionários recebiam o salário, os preços no comércio local aumentavam, fazendo com que o poder de compra dos mesmos diminuísse. A cooperativa surge, então como um meio para que os funcionários comprassem seus produtos de necessidade básica a um preço justo” (Entrevistado 1).

Nos balanços anuais da Cia. Hering das décadas de 1940 até 1962, constam informações específicas sobre as cooperativas (tanto financeiras quanto do quadro associativo), como se fossem unidades de gestão da própria empresa. No estatuto da Fundação Hering, constam informações sobre a extensão social da empresa, onde estavam presentes as regras que regulamentavam os auxílios aos empregados da Cia. Hering. Haviam dois tipos de informativos internos da Cia. Hering, “O peixinho” até o fim da década de 1980 e o “Jornal da Hering”, posterior a essa data. Nestes documentos, são frequentes as entrevistas de diretores da cooperativa e aberturas antecipadas de mês para os cooperados. A partir desta pesquisa documental, foi possível identificar o histórico da relação entre a Cia. Hering e as cooperativas.

No ano de 1935 surgiu a Fundação Herman Hering, que deu as diretrizes das diversas políticas sociais da empresa, como auxílio creche, auxílio óculos, auxílio aposentadoria, auxílio moradia entre outros. Havia ainda, o auxílio casa-própria, que fazia o abatimento de parte dos juros que os funcionários pagavam no empréstimo da casa própria. Esse auxílio foi substituído no ano de 1951, pelo próprio empréstimo da nova cooperativa da empresa, que era a cooperativa de crédito CrediHering (FUNDAÇÃO HERING, 1966).

Já a cooperativa de consumo dos operários da empresa Hering, a CooperHering, foi fundada no dia 16 de março de 1944, com o número de 101 sócios, visto a necessidade de mantimentos mais baratos, já que o país passava por problemas de abastecimento de alimentos devido a Segunda Guerra Mundial, que acontecia na Europa. Ao longo dos anos, a cooperativa acompanhou o crescimento da empresa Cia. Hering, sendo criadas filiais onde a empresa instalava, também, novas filiais: encano Blumenau (1968), Rodeio (1974), Paulista-PE (1982), Ibirama (1985), Gaspar (1988), além da incorporação da cooperativa da empresa Artex no ano de 1997 (BUSCHIRÓLLI, 2003).

A cooperativa em seu início era “uma extensão da estrutura social da empresa”, que já contava com creche e refeitório, além de outros auxílios. De início, se vendiam itens básicos para o abastecimento dos cooperados, e posteriormente, foram se agregando produtos da empresa Cia. Hering. Até o ano de 1976, o atendimento na cooperativa era feito no balcão, através dos pedidos dos cooperados; a partir de 1977, iniciou-se o autosserviço, no estilo de outros supermercados. No ano de 1990, a Cooper deixa de atender apenas os funcionários da Cia. Hering e passa a atender toda a comunidade do Vale do Itajaí, se desvinculado da própria empresa (BUSCHIRÓLLI, 2003).

Interessante observar que as logomarcas da CooperHering ao longo dos anos, dizem um pouco sobre as fases de transição em que a cooperativa se separa da empresa Hering[[6]](#footnote-6).

Na Tabela abaixo é possível observar o crescimento da participação de empregados da Cia. Hering na condição de cooperados da CooperHering.

Tabela 1: crescimento da participação de empregados da Cia. Hering na condição de cooperados da CooperHering.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano  | N° Sócios CooperHering  | N° empregados da Cia. Hering  | Relação Socios/Empregados  |
| 1945  | 321  | 901  | 35,6  |
| 1950  | 539  | 1.160  | 46,5  |
| 1962  | 1.304  | 1.401  | 93,1  |
| 1970  | 2.253  | 3.124  | 72,1  |
| 1980  | 11.206  | 14.477  | 77,4  |

Fonte: Balanços sociais de 1945 a 1990, Acervo Hering (elaboração própria).

Além do crescimento do número de associados acompanhar o crescimento do número de empregados da Cia. Hering, constatamos uma importante participação relativa para mais de ¾ do número de empregados no ano de 1980.

Além deste vínculo entre condição de empregado e de cooperado, é possível verificar nos balanços sociais a existência de reiterados repasses financeiros da Cia. Hering. Prática que se manteve até o final da década de 1980, quando por exemplo, no natal de 1988, a “abertura do novo mês” foi antecipada em nove dias para as compras desta data comemorativa, isto, graças ao repasse antecipado da empresa (O PEIXINHO, 1988).

Este vínculo orgânico entre empresa e cooperativa, também pode ser constatado pelo fato de que, a direção das cooperativas foi exercida ao longo dos anos por dirigentes da Cia. Hering ou por pessoas por eles indicados.

Os relatos obtidos nas entrevistas possibilitam identificar esta articulação orgânica nas relações entre a Cia. Hering e as duas cooperativas, bem como seu processo de afastamento, e consequente, autonomização, ocorrido na década de 1990.

3.1 O CASO DA COOPERHERING

A CooperHering surgiu em 16 de março de 1944, enquanto uma ação de governo, que incentivava as empresas a criar cooperativas de consumo para os seus funcionários, diante da dificuldade de abastecimento, por conta da Segunda Guerra Mundial que acontecia na época. Dentro disso, a empresa ganhava algumas isenções fiscais, na medida em que dava apoio para o surgimento de cooperativas para os seus funcionários.

A primeira cooperativa surgiu no bairro Bom Retiro, junto a fábrica da Cia. Hering, o que se tornou uma regra para as posteriores aberturas de outras cooperativas. Ou seja, onde abria uma filial, no tempo de dois anos abria uma cooperativa junto da mesma. Os conselhos da cooperativa eram indicados pela própria empresa e aprovados em assembleia com os cooperados. A empresa cedia terrenos para a cooperativa e realocava partes da produção, em alguns casos, para melhor situar a própria cooperativa. Embora a empresa cobrasse por serviços a cooperativa, ela sempre de alguma forma, prestava assistência a mesma.

Dentro do que foi exposto, a cooperativa nas palavras de Entrevistado H, pode ter “socorrido” a cooperativa “Em alguns momentos, talvez quando pudesse ter alguma dificuldade a Hering possa ter antecipado um pouquinho alguns valores assim, mas era circunstancial [...]” (SCHIMIDT, 2017, p.11). Porém, a cooperativa sempre tinha que arcar com os custos dos cooperados, o que demandava fazer um orçamento das famílias e avaliar sua capacidade de compra, dentro do seu devido salário. Não havia uma recomendação expressa, de quanto por cento do salário poderia ser descontado em folha de pagamento. Nisso, encontravam-se algumas dificuldades, tanto nas chamadas “famílias mais gastadoras”, como em situação de férias ou doença, em que o salário estava reduzido, mas de uma forma ou de outra, os funcionários necessitavam comprar itens de primeira necessidade. A preocupação da cooperativa, então, era justamente essa, do quanto o cooperado pudesse comprar com seu salário e não em maximizar lucros. Essa relação, deixava a cooperativa em desvantagem de competir com outros mercados, pois, os mesmos compravam à prazo e revendiam à vista, mas a cooperativa sempre parcelava as compras para seus funcionários.

Do ano de 1976 para o ano de 1977, acontecem duas mudanças na cooperativa: a primeira diz respeito ao início do autosserviço; e a segunda ao fim da moeda interna que circulava na cooperativa. Até 1976, os pedidos dos cooperados eram feitos no balcão, onde um funcionário da cooperativa atendia a lista elaborada pelo cooperado e trazia até ele o seu pedido. A partir de 1977, a CooperHering adere ao autosserviço, tendo semelhança com os supermercados existentes.

O caso da moeda, que circulava dentro da Hering, tratava-se de um adiantamento da cooperativa, para ser descontado em folha, no pagamento seguinte do funcionário. Entretanto, aconteciam muitas ilegalidades com esse tipo de moeda, “fichas”, segundo Entrevistado H, onde os cooperados vendiam essas fichas a outrem, não dando nenhuma vantagem para a cooperativa. Compradores da Cooper, por exemplo, donos de bares, agiotavam as fichas de cooperados e depois usavam as mesmas, para comprar o que precisava na cooperativa.

Até o ano de 1976, circulava entre os sócios da CooperHering, uma espécie de moeda própria da cooperativa, que servia na verdade como um adiantamento do salário do mês posterior. Através dessa moeda, conseguia-se comprar para ser descontando em folha de forma adiantada.

Na verdade passava no caixa, dizia lá eu quero 200 reais para fazer compras, você assinava um documento que estava pedindo 200 reais, esses 200 reais iam ser descontados da sua conta, do seu salário, agora você fazia com os 200 reais o que você queria, mas essa era a moeda da cooperativa, não era moeda de circulação normal, era uma moeda, especialmente, criada pra isso (ENTREVISTADO K., 2017, p.15).

A expansão da cooperativa, com abertura de filiais acompanhou a expansão da Cia. Hering, seja com a criação de filiais em outros municípios e estados, ou mesmo com a incorporação de outras empresas, como o caso da Ceval.

A greve de 1989, foi publicamente, o grande motivo que levou a separação da empresa da cooperativa, mas, já havia a intenção anterior em se desvincular. Isso, por que haviam dificuldades da gestão dos salários dos próprios cooperados e isso se refletiu com força na greve e no cheque zerado, propulsor da mesma. Segundo Entrevistado H, as empresas rebaixaram muito os salários e depois culparam as cooperativas pela greve.

A partir disto, decidiu-se desvincular a cooperativa da empresa, fazendo uma transição para com os cooperados ainda devedores. A greve se deu em março; então de abril até agosto, as compras foram parceladas em seis vezes e depois disso, as compras deixaram de ser debitadas na folha de pagamento dos funcionários. Tem-se aí, o diferencial da CooperHering para as outras empresas da cidade que, também tinham cooperativas. Em uma reunião entre as cooperativas da Cia. Hering, da Teka e da Artex, as duas últimas não aderiram ao fim do desconto em folha, continuando com a mesma rotina, encerrada pela CooperHering. Aliás, a cooperativa da Artex foi incorporada pela Cooper no ano de 1997, quando a empresa foi vendida ao grupo Coteminas.

No processo de desvinculação, a Cia. Hering se preocupava com a gestão de sua marca, que era ainda empregada na cooperativa. Mas isso foi resolvido paulatinamente, na medida em que a própria Cooper, ao longo dos anos 1990 foi tirando os resquícios de símbolos da Cia. Hering de sua logomarca, deixando a mesma totalmente independente no ano de 1998.

3.2 O CASO DA CREDIHERING

A CredHering surge no ano de 1951, não mais como a necessidade diante da guerra, mas, como uma forma de incentivar e dar possibilidade aos funcionários de financiar alguns itens necessários como a casa própria e a bicicleta. A ideia inicial de uma cooperativa de crédito foi o presidente da Cia. Hering na época, Ingo Hering, que tinha visto modelos de cooperativas do tipo na Alemanha e teve inspiração em uma que já existia no Rio Grande do Sul, que pertencia a empresa Renner. Na época, a cooperativa era fechada, permanecendo assim, até a década de 1990. Construiu unidade em vários municípios do Vale do Itajaí, sempre acompanhando a expansão da Cia. Hering, porém, limitada ao Sul do Brasil.

A CredHering atuava apenas com os funcionários das empresas da Cia. Hering e não com funcionários do grupo Hering, que aí abarcavam uma série de outras atividades, além do setor têxtil e de confecção, como era o caso da CooperHering que incorporou em seu quadro societário, também, empregados das demais empresas do grupo Hering.

Os conselheiros da cooperativa eram funcionários da Cia. Hering, que sempre davam a assistência necessária à cooperativa. A empresa sempre indicava o dirigente da cooperativa, porque, havia a necessidade de uma relação de confiança para com quem estivesse na direção da mesma. Isso porque, havia o fator da estabilidade durante o período de mandato na presidência da cooperativa.

A CrediHering se diferenciava da CooperHering quanto ao seu quadro societário. Sê de um lado limitava-se ao quadro de empregados da Cia. Hering de Blumenau, por outro lado, a cooperativa de crédito tinha 100% da adesão dos funcionários da Cia. Hering, já que o próprio salário era debitado na cooperativa, pela empresa.

Também, a Greve de 1989 manifesta-se como o fato gerador do que ficou denominado de “um divisor de águas na relação entre empresa e cooperativa”, embora que, já havia intenção anterior em separar a cooperativa da empresa, não aceita pela própria Cia. Hering.

Anteriormente, havia a possibilidade de manter vínculo com a cooperativa no caso de ex-empregados aposentados. Mas a partir do ano de 1990, toda a comunidade do Vale do Itajaí poderia aderir a cooperativa para as operações que desejasse.

Neste processo de desvinculação, havia um grande medo da empresa em relação a marca Hering, sendo levada em conjunto com as cooperativas, na medida em que algum fracasso das mesmas, aviltasse a imagem da companhia. Segue-se ao longo dos anos, enquanto CrediHering, mas em 2000, a marca Hering é totalmente desvinculada da empresa, se tornando a atual Viacredi. Além disso, essa desvinculação é marcada, também, pela retirada dos últimos vestígios da antiga parceria, os caixas eletrônicos custeados pela empresa, dentro de seu próprio interior. Esse momento marca, ainda, o início de uma grande expansão da cooperativa em todo o Vale do Itajaí, se tornando a maior cooperativa de crédito do Brasil em ativos regionais.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno cooperativo na região do Vale do Itajaí e em especial, no município de Blumenau, permanece como uma agenda de investigação desafiadora. Observa-se uma realidade caracterizada por elevados indicadores de vínculos cooperativos, em especial, relacionados aos expressivos números de sócios/as das atuais Cooper (Cooperativa de Consumo) e ViaCredi (Cooperativa de Crédito), que somadas, possibilitam constatar que mais de 50% da população adulta do município possui vínculo societário com alguma cooperativa.

O que este artigo procurou demonstrar, a partir de uma pesquisa exploratória, foi a importante vinculação entre o fenômeno cooperativo e o processo de industrialização ocorrido no município de Blumenau.

Alguns elementos para aprofundamento da investigação, podem ser considerados a partir desta experiência de desenvolvimento do cooperativismo promovido por uma empresa capitalista que, se tornou uma das maiores companhias empresariais do setor têxtil e de confecção da América Latina, a Cia. Hering.

A organização cooperativa dos trabalhadores vinculados a Cia. Hering, que no caso da cooperativa de consumo chegou a incluir mais de ¾ do número de empregados; e no caso da cooperativa de crédito a totalidade de empregados da companhia em Blumenau, são números que evidenciam a importância do cooperativismo como uma das estratégias da Cia. Hering para se consolidar como um dos grandes grupos empresariais do município. Esta estratégia mais visível na Cia. Hering, caracterizou igualmente todas as demais empresas de grande porte.

Para além dos dados quantitativos de vínculos cooperativos, envolvendo os trabalhadores da Cia. Hering, foi possível caracterizar elevado grau de subordinação das cooperativas à direção da empresa. Desde sua criação até os anos de 1990, as duas cooperativas estiveram vinculadas, dependentes e subordinadas à Cia. Hering. Tal subordinação nos permite afirmar que, mais do que uma estratégia cooperativa autônoma promovida por seus sócios, o que constatamos é uma estratégia empresarial que vai encontrar no cooperativismo uma importante ferramenta para criar um ambiente adequado para sua expansão.

No entanto, tal processo não ocorre sem contradições e conflitos. De um lado, é possível constatar que o fenômeno cooperativo apresentou limites territoriais importantes no processo de expansão da Cia. Hering para outros municípios e principalmente, para sua participação em outras atividades econômicas (como foi o caso da aquisição da Ceval). Ou seja, enquanto a cooperativa é um fenômeno territorializado de organização econômica, a dinâmica da acumulação do capital desterritorializa a organização empresarial-capitalista. Portanto, com a expansão da Cia. Hering, as cooperativas por ela criadas passaram a ser disfuncionais para os seus propósitos.

Mas, é nas relações capital-trabalho que encontramos os elementos centrais desta articulação orgânica entre empresa e cooperativa. Embora com suas especificidades, as cooperativas de consumo e de crédito se constituíram em estratégias importantes de gestão dos custos da força de trabalho. Partido do conceito de que, o salário não é pagamento pelo valor produzido pelo trabalho, mas, é remuneração relativa ao custo de reposição da força de trabalho, as cooperativas de consumo e de crédito operam como importantes instrumentos de gestão do valor pago aos trabalhadores sob forma de salário e sua utilização para a aquisição dos bens necessários para a produção e reprodução da força de trabalho.

Isto fica evidente na constatação inicial de que, no ato do pagamento dos salários aos trabalhadores, o comércio local aumentava os preços dos produtos da cesta de consumo dos trabalhadores, o que tinha como consequência a redução do valor do salário recebido. Diante desta situação, ao invés da empresa elevar o valor nominal do salário, adotou uma estratégia de elevar o seu valor relativo ao disponibilizar produtos mais baratos aos trabalhadores por meio da cooperativa de consumo e posteriormente, por meio da cooperativa de crédito, o que possibilitou a ampliação do valor relativo do salário, sob a forma de realização futura do seu valor possibilitada pelos empréstimos oferecidos pela cooperativa com os recursos dos próprios trabalhadores. A cooperativa de crédito possibilitou aos trabalhadores da Cia. Hering, a aquisição de bens de maior valor e principalmente, da casa própria. A antiga Vila Operária foi substituída pela formação de uma “cidade operária”.

Neste sentido, a organização cooperativa representou uma clara estratégia de valorização salarial dos empregados da empresa. Contudo, isto ocorria nos limites das condições e conjunturas de concorrência e competitividade da empresa. Os limites da política de valorização salarial por meio das cooperativas ficou evidente no final da década de 1980, com a eclosão da greve dos trabalhadores. O fenômeno do “cheque general”, isto é, do cheque de pagamento no qual ao invés de constar valores a serem recebidos pelos trabalhadores, eram preenchidos com as estrelinhas (\*\*\*\*\*), pois, os gastos realizados pelos trabalhadores no mês anterior, junto a cooperativa de consumo, haviam sido maiores do que o valor a ser pago pelo seu trabalho. Mesmo considerando que, na cooperativa de consumo, para além dos itens de consumo, já era possível a aquisição de bens permanentes, no entanto, ainda restava muitas despesas familiares a serem supridas. Por outro lado, a ausência de ingresso de recursos na cooperativa de crédito, bloqueava o mecanismo de adiantamento ou complementação salarial sob forma de empréstimo.

A greve de 1989, a maior da história do município de Blumenau, representou o fim deste engenhoso mecanismo de valorização salarial e conciliação de interesses envolvendo empresas e trabalhadores. Do ponto de vista das empresas, o fenômeno cooperativo permanece como importante estratégia de enfrentamento da crise nos anos de 1990, todavia, não mais na organização do consumo e do crédito que, foi substituída pelo fomento a constituição de cooperativas de trabalho para a terceirização da produção. Do ponto de vista das cooperativas de consumo e de crédito, a estratégia de sobrevivência frente a crise foi a ruptura de seus vínculos com a empresa (o que não ocorreu sem divergências e conflitos) e sua abertura para incluir novos sócios e sócias para além dos que mantinham vínculos com a empresa. Constituíram-se em cooperativas de sociedade aberta. Além de incorporarem cooperativas de consumo e crédito que haviam sido criadas por outras empresas, abriram a sociedade cooperativa para toda a população do município. Passada a última década do século passado, as cooperativas de consumo (agora Cooper) e de crédito (agora Viacredi) já configuram processos autônomos do fenômeno cooperativo, parte de transformações mais profundas do processo de desenvolvimento e industrialização do município de Blumenau.

**REFERÊNCIAS**

A NAÇÃO. **Convocação para assembleia:** Cooperativa de consumo dos operários da Hering. Arquivo histórico Professor José Ferreira da Silva: Blumenau, 1944.

BUSCHIRÓLLI, Tatiani Cristina. **O marketing de varejo no segmento:** supermercado (estudo de caso: Cooperhering para Cooper). 2003. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Publicidade de Propagando, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.

DIAS, M.F.S. **Sindicalismo e Estado corporativista:** o caso dos sindicatos dos trabalhadores das indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau 1941-1950. UFSC. Florianópolis, 1985.

DUWE, R. **O liberalismo conservador das elites catarinenses e a ditadura civil-militar:** breves apontamentos sobre um possível diálogo. Simpósio nacional de história, 28. Florianópolis, 2015. P.1-18.

FABRÍCIO, E.L. **A produção do espectro comunista.** Dissertação: a impressa política e catolicismo. Florianópolis, 2011. 177 p.

FILHO, L.D.T. CREDIRHODIA: **Marco inicial do cooperativismo de economia e crédito mútuo paulista.** São Paulo, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. UFSC, 2016.

FUNDAÇÃO HERING. **Estatuto Fundação Hermann Hering.** Acervo Hering, 1966.

HERING, M.L.R. **As primeiras fábricas no Vale do Itajaí**. In: Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: EDIFURB, 1987, p. 84-185.

HOMENAGEM. **Homenagem a empregados da CrediHering.** CrediHering: Acervo Hering, 2001.

LUCLKTENBERG, I.A.B. **A indústria têxtil catarinense e o caso da companhia Hering.** UNICAMP, dissertação. Presidente Prudente, 2004. 256.f

MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista brasileira de geografia**, 1965.

MANDELLI, Bruno. **A industrialização do Vale do Itajaí a partir da ideologia teutobrasileiro (1880-1900):** história e historiografia. 2014. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MOSER, M. **Jornalismo forjado:** a participação da impressa na imposição da identidade germânica em Blumenau. Florianópolis, 2016. 350 f.

PEIXINHO. **CooperHering antecipa abertura de mês novo para o natal.** O Peixinho: Hering, 1988.

RAMOS, Iúri Bugmann. **Crédito e desenvolvimento regional:** a recente expansão das cooperativas de crédito do médio Vale do Itajaí. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Programa de PÃ³s-graduaÃ§Ã£o em Desenvolvimento Regional, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012.

RAUD, C.H.J. A industrialização do Vale do Itajaí: uma análise a partir da experiência italiana. In: THEIS, I.M; MATTEDI, M.A; TOMIO, F.R.L. (orgs). **Nosso passado (in) comum:** contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: EDIFURB, 2000. . P.147-165.

RAULINO, I. **Crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do médio Vale do Itajaí.** (TESE) PPGG. São Paulo, 2008. 168 f.

SCHIMDT, H. *et al.* **Compromisso com o associado:** três dirigentes da cooperativa de consumo falam sobre a política de preços, a oferta de produtos e serviços. CooperHering: Jornal Hering, 1993.

SIMÃO, V.M. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In: THEIS, I.M; MATTEDI, M.A; TOMIO, F.R.L. (orgs). **Nosso passado (in) comum:** contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: EDIFURB, 2000. P.15-67

SIMÃO, V. M. E. **Blumenau:** da indiferenciação étnica à diferenciação de classe. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifício Universidade Católica de São Paulo, 1995.

SAMAGAIA, J. **Globalização e cidade:** reconfiguração dos espaços de pobreza em Blumenau. Florianópolis, 2010.

SEYFERTH. “Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 26: 103-122. 1994.

SINGER, P. Blumenau. In: **Desenvolvimento econômico e evolução urbana:** (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife) /Paul Singer. -São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1968.

THEIS, I.M. Processo de acumulação em Blumenau: uma interpretação crítica. In: THEIS, I.M; MATTEDI, M.A; TOMIO, F.R.L. (orgs). **Nosso passado (in) comum:** contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: EDIFURB, 2000. P.165-181

TOMIO, F.R.L. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense. In: THEIS, I.M; MATTEDI, M.A; TOMIO, F.R.L. (orgs). **Nosso passado (in) comum:** contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: EDIFURB, 2000. P.67-101

1. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Foi Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico em Blumenau/SC (19971998) e Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007). [↑](#footnote-ref-1)
2. Especialista em Ensino de Sociologia e Filosofia, CENSUPEG e Graduado em Ciências Sociais, FURB. [↑](#footnote-ref-2)
3. Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional, FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. [↑](#footnote-ref-3)
4. Período na década de 1970 em que o Brasil apresentou crescimento econômico significativo com a taxa de crescimento do PIB passando de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a em 1973. [↑](#footnote-ref-4)
5. Este não é um fenômeno exclusivo de Blumenau. Existem importantes relatos de experiências deste modelo cooperativo no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Em São Paulo, a empresa Rhodia iniciou sua cooperativa de consumo em 1954 e em 1962 foi fundada a cooperativa de crédito da empresa. Esse tipo de empreendimento foi amplamente apoiado pela empresa, na medida em que dias de trabalho eram dados aos empregados em forma de treinamento para o incremento e sucesso das cooperativas (FILHO, 2008). [↑](#footnote-ref-5)
6. Pela mudança de identidade visual das Cooperativas é possível acompanhar sua articulação com a Cia. Hering e seu afastamento. Por exemplo, na década de 1990, enquanto que no ano de 1997 o nome “Hering” aparece quase que de forma inexpressiva na logo da marca, já em 1998 é referência à Hering é totalmente retirada (BUSCHIRÓLLI, 2003). [↑](#footnote-ref-6)